

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LAURA BORGES DE ARAÚJO

A Política Externa Comercial Brasileira para o Oriente Médio: uma análise comparada entre os governos Bolsonaro e Lula III.

Uberlândia/MG

2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LAURA BORGES DE ARAÚJO

A Política Externa Comercial Brasileira para o Oriente Médio: uma análise comparada entre os governos Bolsonaro e Lula III.

Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientadora: Jéssica Fernandes - Política Externa Brasileira

Modalidade de Trabalho: Projeto de Pesquisa

Uberlândia/MG

2026

1. Introdução

A Política Externa Brasileira (PEB) para o Oriente Médio possui uma relevância estratégica consolidada que se manifesta tanto no plano econômico, envolvendo o comércio de *commodities*, energia e investimentos, quanto no plano diplomático, especialmente na tradicional postura do Brasil frente ao conflito israelo-palestino. Entre os anos de 1998 e 2018, as exportações brasileiras para a região aumentaram significativamente, o que demonstra que o Oriente Médio se firmou como um destino estratégico para o comércio exterior brasileiro e um espaço de relevância para negociações multilaterais. Historicamente, essa relação foi pautada por uma matriz de autonomia, pragmatismo e universalismo¹, princípios que orientam a diplomacia brasileira no sentido de manter relações com todos os países e valorizar o direito internacional.

No entanto, as últimas gestões presidenciais evidenciaram rupturas e realinhamentos significativos. O governo de Jair Bolsonaro (2019–2022) representou uma das inflexões mais acentuadas nesse processo, introduzindo um forte componente ideológico na condução da política externa, marcado por um alinhamento simbólico com Israel e uma aproximação com pautas conservadoras internacionais, o que gerou tensões com parceiros árabes tradicionais. Nesse cenário, a política externa oscilou entre o alinhamento ideológico e a necessidade de preservar relações comerciais estratégicas, especialmente no setor do agronegócio, que atuou como um elemento estabilizador através do pragmatismo econômico.

Com o início do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2023–2026), observa-se um esforço explícito de reconstrução e reposicionamento internacional. O governo atual busca recuperar princípios como o universalismo, o multilateralismo e a autonomia pela diversificação², visando restaurar canais diplomáticos e reativar parcerias estratégicas em um contexto global mais fragmentado e complexo.

Diante desse panorama de transições, o trabalho buscará responder à seguinte pergunta de pesquisa: em que medida a política externa comercial brasileira para o Oriente Médio se modificou entre os governos Bolsonaro e Lula III, e como essa mudança pode ser caracterizada à luz do modelo de alteração de política externa de Hermann (1990)? A hipótese defendida é que a transição entre esses governos produziu uma mudança de programa na política externa comercial brasileira para a região, nos termos de Hermann (1990). Argumenta-se que, embora

¹ Conceitos definidos na seção 3.1 do presente trabalho.

² Conceito definido na seção 3.2 do presente trabalho.

os objetivos centrais de manutenção e ampliação das relações econômicas tenham permanecido relativamente estáveis, observaram-se alterações significativas nos instrumentos diplomáticos, nos padrões de engajamento político e na estratégia de inserção internacional, impulsionadas principalmente pela substituição da liderança governamental e pela reconfiguração das prioridades políticas após 2023.

Para fundamentar essa análise, a pesquisa insere-se no campo da Análise de Política Externa (APE), que compreende o processo decisório como uma resultante da interação entre as arenas doméstica e internacional. Como marco teórico central, utiliza-se o modelo de mudança de política externa de Charles Hermann (1990), que define a política externa como um programa orientado para objetivos e identifica quatro níveis de mudança: ajuste, programa, problema/objetivo e orientação internacional. O modelo de Hermann é particularmente adequado para este estudo por permitir avaliar se as transformações observadas são meros ajustes incrementais ou reorientações profundas, além de identificar se as fontes de mudança derivam da liderança, da burocracia, de reestruturações internas ou de choques externos.

A realização desta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender sistematicamente como as orientações presidenciais moldam a atuação do Brasil em uma região que é um laboratório de mudanças e continuidades na PEB. Além disso, observa-se uma lacuna na literatura recente sobre o terceiro mandato de Lula, devido à atualidade do período, o que torna esta investigação relevante para o campo das Relações Internacionais e para a compreensão da capacidade de projeção externa brasileira frente a desafios contemporâneos.

O objetivo geral é analisar as mudanças e continuidades da política externa comercial para o Oriente Médio entre os governos Bolsonaro e Lula III, classificando-as conforme o modelo de Hermann (1990). Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa e comparativa, estruturada como um estudo de caso em perspectiva temporal. A coleta de dados baseia-se na análise de fontes primárias, como discursos presidenciais e documentos oficiais do Itamaraty, e secundárias, incluindo literatura especializada e indicadores comerciais do Comex Stat, utilizando a técnica de análise de conteúdo temática

2. Justificativa

Soma-se à relevância estratégica do Oriente Médio para o Brasil a presença histórica da imigração árabe e as suas contribuições culturais para o país, que legitimam e fortalecem as iniciativas de diplomacia com a região (Moreira, 2025). Entre os anos de 1998 e 2018, as exportações brasileiras aumentaram cerca de 313%, fato que indica que o Oriente Médio se

tornou um destino estratégico para o comércio exterior e como espaço relevante para negociações multilaterais brasileiras (Lana, 2019).

A literatura revela que a política externa brasileira é historicamente orientada por uma matriz de autonomia, mediação internacional³ e busca por inserção global, inclusive na sua relação com os países orientais (Saraiva, 2010). Embora o interesse brasileiro pela região remonte às décadas anteriores, a agenda para o Oriente Médio ganhou mais força e consolidou-se de maneira mais estruturada a partir dos anos 2000, tornando-se uma das áreas de maior dinamismo na política externa voltada para fora do eixo tradicional Norte global (Lana, 2019). Esse movimento se insere na estratégia de diversificação de parcerias adotada, sobretudo, nos primeiros governos Lula (2003–2010), marcados pela defesa dos princípios de soberania e igualdade de todos os países, além do fortalecimento das cooperações Sul-Sul e intensificação do número de visitas oficiais aos países árabes. Pela primeira vez, o Oriente Médio foi tratado como região prioritária em uma perspectiva estruturada, distinta da postura de governos anteriores (Gomes, 2021).

Nesse contexto, o governo imediatamente posterior buscou preservar parte dessa orientação, porém, limitações domésticas, como tensões econômicas crescentes e crise política, bem como a instabilidade da região árabe, reduziram o dinamismo da atuação brasileira. Por outro lado, os governos subsequentes evidenciaram rupturas e realinhamentos significativos, com reaproximação com países centrais do Norte global, inflexão liberalizante da política externa, menor protagonismo internacional e redução da agenda Sul-Sul, com a priorização de alianças com Estados Unidos e Israel, que tensionaram a relação com parceiros árabes tradicionais (Gomes, 2021).

Dessa forma, o governo Jair Bolsonaro (2019–2022) representou a inflexão mais acentuada desse processo, introduzindo forte componente ideológico na sua condução. A aproximação com a bancada evangélica, com grupos conservadores e a forte influência da religião nas decisões diplomáticas moldaram parte das posições públicas do governo (Moreira, 2025). Nesse cenário, o alinhamento discursivo e simbólico com o governo de Israel e o fortalecimento das pautas ideológicas nos discursos oficiais tiveram repercussões imediatas entre parceiros árabes, preocupados com a mudança de posição brasileira, tradicionalmente pautada pela defesa do equilíbrio diplomático entre as partes (Gomes, 2021). Institucionalmente, a política externa do governo Bolsonaro caracterizou-se por uma

³ Conforme o texto de Saraiva (2010), a mediação internacional consiste na atuação de um Estado como facilitador do diálogo e da negociação entre partes em conflito, buscando contribuir para a solução pacífica de controvérsias e reforçar sua credibilidade e projeção internacional por meio da diplomacia.

articulação menos coesa entre o Itamaraty e a Presidência, que gerou certa fragmentação da estratégia diplomática brasileira e a necessidade de ajustes pragmáticos forçados por pressões domésticas e externas (Hirst; Maciel, 2022).

Além do forte conteúdo ideológico, autores concordam que o governo Bolsonaro também se caracterizou por um estilo de governar marcado pela polarização política e uso intenso das redes sociais, com a disseminação de discursos de ruptura e enfrentamento para mobilizar sua base de apoio. Esse modelo influenciou diretamente a condução da política externa, especialmente pela centralização das decisões em círculos ideologicamente alinhados ao presidente e pela aproximação com movimentos conservadores internacionais (Lima; Albuquerque, 2019). Ao mesmo tempo, diferentes episódios demonstraram tensões constantes entre setores ideológicos e pragmáticos do governo, sobretudo quando posicionamentos diplomáticos mais alinhados a pautas conservadoras ameaçavam interesses econômicos brasileiros. Dessa forma, a política externa bolsonarista passou a oscilar entre o alinhamento ideológico e a necessidade de preservar relações comerciais estratégicas, especialmente com países árabes e com a China (Saraiva; Silva, 2019).

Apesar das mudanças de orientação, o pragmatismo econômico manteve-se como um elemento estabilizador da PEB. As relações comerciais e diplomáticas com a região foram mantidas, e o comércio bilateral continuou a crescer, apoiado pela interdependência baseada na segurança alimentar⁴ e pelo papel do Brasil como fornecedor central para os mercados árabes (Moreira, 2025).

Com o início do terceiro mandato de Lula, em 2023, nota-se um esforço explícito de reconstrução e reposicionamento internacional após as rupturas sofridas no período anterior. O governo buscou recuperar os princípios tradicionais da PEB, como o universalismo, o multilateralismo, a autonomia decisória e a diversificação de parcerias (Saraiva; Silva, 2023), em um ambiente doméstico polarizado e um contexto internacional mais complexo, marcado por instabilidade no Oriente Médio e a fragmentação do sistema multilateral (Moreira, 2025). Essa retomada incluiu a restauração de canais diplomáticos, a ampliação da participação em fóruns multilaterais e a reativação de parcerias estratégicas (Menem, 2020). No âmbito econômico, houve esforços para a diversificação das relações comerciais, com ênfase em setores de tecnologia, energia renovável, aviação civil e infraestrutura (Lana, 2019).

⁴ A noção de “segurança alimentar”, nesse contexto, refere-se à dependência de diversos países árabes da importação de alimentos para garantir o abastecimento interno de suas populações. Nesse cenário, o Brasil ocupa posição estratégica como fornecedor de *commodities* agropecuárias — especialmente carnes, cereais e açúcar —, o que fortalece a interdependência comercial entre as partes e contribui para a estabilidade das relações diplomáticas e econômicas (Moreira, 2025).

Ainda assim, a política externa do período atual enfrenta limitações significativas. Internamente, a forte polarização e resistência política condicionam a capacidade de atuação internacional; as crises no Oriente Médio, a intensificação da rivalidade entre Estados Unidos e China e a erosão de mecanismos multilaterais de cooperação impõem novos desafios no campo transnacional (Fernandes; Fernandes, 2024). Assim, embora busque retomar elementos da autonomia por diversificação (Vigevani; Cepaluni, 2007), o governo Lula III opera em condições distintas dos anos 2000, exigindo adaptações e pragmatismo (Fernandes; Fernandes, 2024).

Adicionalmente, o contexto de ano eleitoral de 2026 influi na condução da política externa, aumentando a necessidade de resultados concretos e agendas de visibilidade, como abertura de mercados e fortalecimento do agronegócio, que são áreas que favorecem a intensificação das relações com o Oriente Médio. Dessa forma, o atual governo pode ser entendido como um período de reconstrução e adaptação, marcado pela retomada de princípios históricos, mas também pela necessidade de respostas pragmáticas às novas dinâmicas internacionais. (Fernandes; Fernandes, 2024).

Diante desse panorama, justifica-se a realização desta pesquisa pela necessidade de compreender de forma sistemática como a política externa brasileira para o Oriente Médio tem sido moldada por diferentes orientações presidenciais, especialmente diante das rupturas observadas no governo Bolsonaro e da posterior reconstrução empreendida no governo Lula III. A região constitui um laboratório privilegiado para identificar mudanças, continuidades e adaptações na PEB, por envolver interesses econômicos estratégicos, sensibilidade político-diplomática e forte interdependência comercial. Ao analisar comparativamente esses dois períodos, o estudo deve contribuir para preencher falhas na literatura sobre política externa brasileira, oferecendo elementos para compreender como fatores domésticos e dinâmicas internacionais condicionam a capacidade do Brasil de projetar-se externamente.

Ademais, apesar do crescente interesse pela relevância do Oriente Médio como parceiro comercial e diplomático do Brasil, observa-se uma lacuna significativa na literatura recente sobre o tema no que diz respeito ao terceiro mandato do presidente Lula, em razão da atualidade do período e da rápida transformação do cenário internacional. Essa ausência de estudos consolidados limita a compreensão das continuidades e rupturas em relação aos governos anteriores e evidencia a necessidade de investigações que abordem de forma comparada as estratégias adotadas. Nesse sentido, a presente pesquisa busca resolver essa problemática ao oferecer uma análise inicial e estruturada sobre como o governo Lula III tem conduzido suas

relações comerciais com a região, contribuindo para o avanço do debate acadêmico e para a formulação de referências que subsidiem estudos futuros. Assim, a investigação torna-se relevante não apenas para o campo das Relações Internacionais, mas também para a formulação de política externa de comércio para o Oriente Médio, ao fornecer subsídios analíticos para a avaliação de estratégias de inserção internacional brasileira.

3. Revisão de Literatura: a Política Externa Brasileira para o Oriente Médio

Esta seção tem o objetivo de apresentar e discutir os principais conceitos e categorias analíticas que fundamentam a compreensão da PEB no período pós-redemocratização. Ao explicitar os elementos estruturantes da tradição diplomática brasileira, busca-se oferecer ao(à) leitor(a) um referencial teórico que permita interpretar as continuidades e inflexões observadas ao longo dos diferentes governos, inclusive em relação a inserção do Brasil no Oriente Médio.

A PEB após a redemocratização articula elementos duradouros de sua tradição diplomática com adaptações estratégicas às transformações do cenário internacional. Celso Lafer (2001), argumenta que a identidade internacional do Brasil se estruturou historicamente a partir de princípios como autonomia, universalismo, pragmatismo, legalismo, defesa da solução pacífica de controvérsias e valorização do multilateralismo⁵. Para o autor, esses pilares funcionam como orientações estruturantes que permitem ao Brasil preservar certa continuidade mesmo diante de mudanças governamentais.

Nessa mesma linha, Cervo (2002) analisa que a inserção internacional brasileira no pós-Guerra Fria ocorreu em um contexto de globalização, expansão do multilateralismo e maior centralidade dos direitos humanos. O autor afirma que o Brasil buscou ajustar capacidades e ambições a um cenário mais interdependente, preservando os elementos centrais de sua tradição diplomática. Essa reorientação mais ampla da PEB fornece o pano de fundo para entender como o Oriente Médio passou a ocupar espaço crescente na agenda brasileira, articulando interesses políticos, econômicos e de segurança alimentar.

Nesse sentido, Cervo (2002) identifica linhas de ação da política exterior do Brasil⁶: o Estado desenvolvimentista, o Estado normal e o Estado logístico. O Estado desenvolvimentista

⁵ Segundo Celso Lafer, o universalismo refere-se à abertura brasileira para relacionar-se com todos os países; o pragmatismo, à orientação por interesses concretos; o legalismo, à valorização do direito internacional; a defesa da solução pacífica de controvérsias, à preferência pela negociação e mediação; e o multilateralismo, à importância atribuída a instituições e regimes internacionais como arenas de influência para países médios (Lafer, 2001).

⁶ Cervo (2002) identifica quatro modelos históricos de Estado que orientaram a política externa brasileira: Estado Liberal-Conservador, Estado Desenvolvimentista, Estado Normal e Estado Logístico. Contudo, este trabalho analisará apenas os três últimos, em razão do recorte temporal adotado.

apresenta características tradicionais da PEB, reforça o aspecto nacional e autônomo da política exterior e incentiva o desenvolvimento do país mediante a superação de dependências econômicas estruturais. O Estado normal, típicos dos governos latino-americanos que se instalaram em 1989-1990, envolve três parâmetros de conduta: como Estado subserviente, submete-se às coerções do centro hegemônico do capitalismo; como Estado destrutivo, aliena o cerne da economia nacional e transfere renda ao exterior; como Estado regressivo, reserva para a nação as funções da infância social. Por fim, o Estado logístico fortalece o núcleo nacional, transferindo à sociedade responsabilidades de empreender e operar no exterior, para equilibrar os benefícios da interdependência mediante a inserção no mundo globalizado.

Milan, Ferabolli e Gonçalves (2023) destacam que, no pós-Guerra Fria, a expansão de acordos econômicos e o fortalecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC) impulsionaram a liberalização comercial e ampliaram o interesse das empresas por mercados globais. Os autores mostram que a balança comercial entre o Brasil e os países árabes apresentou crescimento contínuo, marcado pela complementaridade: enquanto os países árabes dependem da importação de alimentos, o Brasil importa combustíveis e fertilizantes, produtos centrais das exportações árabes. Para eles, essa dinâmica evidencia a importância de uma política estratégica voltada à região.

A literatura também ressalta que a busca por autonomia ganhou maior relevância na orientação da atuação externa do Brasil a partir dos anos 1990. Para Vigevani e Cepaluni (2007), autonomia refere-se à capacidade de o Estado ampliar seu espaço de decisão em política externa, reduzindo assimetrias e evitando alinhamentos automáticos em um sistema internacional marcado por forte desigualdade de poder. Os autores destacam que essa noção passou por diferentes reformulações ao longo do tempo. Em um primeiro momento, os autores salientam que prevaleceu a chamada autonomia pela distância, estratégia que buscava garantir liberdade de ação por meio do afastamento relativo dos grandes centros de poder e da cautela diante de compromissos internacionais que pudessem limitar a capacidade decisória do país. No período pós-redemocratização, especialmente no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), esse conceito foi reformulado pelos autores por meio da noção de autonomia pela participação, segundo a qual o Brasil buscou aumentar sua influência por meio do engajamento ativo em organizações e regimes internacionais, utilizando o multilateralismo como instrumento para ampliar sua capacidade de atuação e proteger seus interesses.

Essa reconceitualização, segundo os autores, evoluiu nos anos 2000 para a chamada autonomia pela diversificação, sobretudo nos primeiros governos Lula, caracterizados pela

ampliação do leque de parceiros e pela intensificação das relações Sul-Sul. Nesse sentido, Saraiva e Valença (2012) observam que o fortalecimento dos vínculos com países árabes e a expansão de canais diplomáticos com o Oriente Médio refletiram justamente essa estratégia de diversificação política e econômica, sustentada por uma tradição diplomática fundada no diálogo, no equilíbrio e na busca por maior margem de manobra internacional. Assim, conforme argumentam Vigevani e Cepaluni (2007), a combinação entre universalismo, autonomia e pragmatismo passou a estruturar a inserção brasileira no Oriente Médio, moldando tanto a dimensão diplomática quanto a comercial da política externa na região.

A literatura também mostra que a relação do Brasil com o Oriente Médio é marcada por ciclos de maior ou menor aproximação. Nasser (2024) avalia que as relações entre Brasil e Oriente Médio oscilaram entre momentos de aproximação e distanciamento, conforme as escolhas políticas específicas de cada governo. Cid (2017) ressalta que temas como energia nuclear, tecnologia militar e comércio de produtos e serviços estruturaram os vínculos entre o Brasil e os países da região, principalmente a partir dos últimos anos do regime militar brasileiro. Santana (2006) aponta que a intensificação da aproximação entre as regiões está associada à crise energética da primeira metade da década de 1970 e ao projeto nacional de desenvolvimento econômico. O autor ressalta que a busca pela diversificação da agenda bilateral foi um traço marcante da política externa de Geisel, que passou a orientar os governos seguintes a partir de duas diretrizes: uma pautada na condenação da expansão territorial de Israel por meio de conflitos armados; e outra no apoio à criação do Estado Palestino.

Desse modo, observa-se que a combinação entre pragmatismo e busca por autonomia permeia a PEB desde os governos militares e se projeta ao longo da redemocratização. O relacionamento diplomático com o Oriente Médio foi acompanhado pela ampliação das agendas comerciais, sobretudo como estratégia para enfrentar desafios como o desequilíbrio do balanço de pagamentos. Nos parágrafos seguintes, examina-se como essas diretrizes gerais foram reinterpretadas ao longo dos diferentes períodos presidenciais pós-redemocratização, considerando tanto a dimensão diplomática quanto a comercial da política externa brasileira voltada para o Oriente Médio.

3.2. Evolução histórica da PEB para o Oriente Médio (pós-1985)

Esta seção tem o objetivo de apresentar a evolução histórica da PEB em relação ao Oriente Médio desde a redemocratização, examinando como diferentes governos reinterpretam princípios estruturantes da diplomacia brasileira diante das transformações do sistema internacional e das circunstâncias domésticas. Ao reconstruir esse percurso, busca-se evidenciar

continuidades e inflexões na atuação do Brasil, considerando condicionantes geopolíticos e interesses econômicos que orientaram a aproximação com os países da região, permitindo compreender como escolhas políticas moldaram a inserção brasileira no Oriente Médio.

Prado e Miyamoto (2010) explicam que a década de 1980 foi marcada pela redemocratização, crise econômica e transformações no sistema internacional, fatores que influenciaram o início do governo Sarney (1985-1990). Os autores destacam que a instabilidade financeira mundial e os choques do petróleo agravaram a vulnerabilidade dos países em desenvolvimento, enquanto a crise interna e os diversos planos econômicos limitaram a capacidade de governabilidade.

Franklin (2022) argumenta que a política externa do governo Sarney combinou a continuidade dos princípios tradicionais da diplomacia brasileira com adaptações às novas regras do comércio internacional, orientadas pela liberalização. O autor explica que, apesar das dificuldades internas, o governo buscou fortalecer a credibilidade internacional e ampliar parcerias, inclusive no Oriente Médio. Cid (2017) afirma que essa atuação seguiu o padrão anterior: defesa de um Estado palestino, crítica à ocupação israelense de territórios árabes e apoio às resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU). Já Milan, Feraboli e Gonçalves (2023) avaliam que o potencial das relações bilaterais poderia ter sido mais explorado, não fosse o contexto adverso.

Com a chegada de Fernando Collor de Mello (1990-1992) Sallum Júnior (2011) descreve um cenário de hiperinflação, fragilidade estatal e isolamento financeiro. Saraiva (2010) discorre que sua ascensão trouxe ao processo decisório uma corrente liberal minoritária no Itamaraty, que teve sua influência reduzida com seu processo de *impeachment*. Esta corrente propunha que a diplomacia brasileira privilegiasse as relações com países do Primeiro Mundo como caminho para vir a fazer parte dele. Hirst e Pinheiro (1995) sustentam, nesse sentido, que a política comercial foi o eixo mais emblemático do governo e que houve uma tentativa de romper com o consenso diplomático anterior ao privilegiar maior aproximação com o Ocidente, especialmente aos Estados Unidos. Porém, Casarões (2012) demonstra que não houve alinhamento automático aos EUA, pois o Itamaraty manteve papel central na formulação da política externa, assegurando continuidade institucional.

No que diz respeito ao Oriente Médio, Sallum Júnior (2011) observa que Collor manteve os princípios tradicionais da política externa brasileira, entre eles o apoio a soluções negociadas, defesa da autodeterminação palestina e respeito ao direito internacional, ainda que o curto mandato e a instabilidade interna tenham limitado iniciativas estruturantes.

O governo Itamar Franco (1992-1995), segundo Hirst e Pinheiro (1995), a gestão buscou normalizar a diplomacia brasileira, retomando o padrão de autonomia, universalismo e centralidade do Itamaraty. Assim, as autoras explicam que a agenda regional assumiu centralidade, com forte incentivo à consolidação do Mercosul e esforços de atuação em fóruns multilaterais, buscando reposicionar o Brasil em debates sobre comércio, meio ambiente, direitos humanos e segurança internacional. Segundo elas, no Oriente Médio, o Brasil buscou manter relações equilibradas, evitando alinhamentos automáticos em um contexto internacional sensível, marcado pelo pós-Guerra do Golfo e pelos desdobramentos do processo de paz entre israelenses e palestinos nos anos 1990.

No governo de FHC (1995-2003), Vigevani, Oliveira e Cintra (2003), afirmam que a PEB adotou uma estratégia de autonomia pela integração, guiada por um enfoque pragmático e alinhado aos princípios do neoliberalismo, buscando fortalecer os interesses nacionais e promover o desenvolvimento econômico. Nesse contexto, o Plano Real, lançado em 1994, teve papel central ao estabilizar a economia e controlar a hiperinflação e a diversificação de parcerias, na busca por inserir o Brasil de forma competitiva na economia global, ganhou destaque.

Cervo e Bueno (2002) caracterizam esse período como marcado pela consolidação do “Estado Neoliberal”, ou “Estado Normal”, orientado por competitividade, credibilidade e integração às correntes centrais da globalização. Ricupero (2017) ressalta o fortalecimento técnico do Itamaraty e o engajamento do Brasil no multilateralismo, especialmente na OMC. Em relação ao Oriente Médio, o autor assinala que o governo manteve equilíbrio diplomático, ampliando relações comerciais, ainda que os dados levantados por Milan, Ferabolli e Gonçalves (2023) mostrem participação modesta do Oriente Médio no total das exportações brasileiras, representando cerca de apenas 2%, conforme os dados obtidos através do Comex Stat.

Saraiva (2010) explica que o pensamento liberal característico da década de 1990 deu lugar a um pensamento equilibrado entre abertura econômica, nacionalismo e desenvolvimentismo e diversificação de parcerias, o que Cervo e Bueno (2002) nomeiam de “Estado Logístico”. Desse modo, a autora entende que os primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) inserem-se na corrente autonomista⁷, marcada pelo universalismo, pela projeção ativa do Brasil no cenário internacional e pela defesa do princípio da soberania.

⁷ Para Saraiva (2010), a corrente autonomista da PEB está diretamente ligada à perspectiva desenvolvimentista e aos grupos mais nacionalistas da diplomacia, que estabeleceram uma interação importante com os primeiros governos do presidente Lula. Conforme a autora, essa tendência dá maior ênfase para as crenças sobre autonomia, universalismo e fortalecimento da presença brasileira na política internacional, além de defender uma projeção mais autônoma e ativa do Brasil na política externa (Saraiva, 2010).

Por isso, Vigevani e Cepaluni (2007) classificam a estratégia adotada como autonomia por diversificação, voltada à ampliação das relações comerciais e políticas para além do eixo tradicional.

Amorim (2010) destaca que o governo Lula ampliou significativamente a presença internacional do Brasil por meio do ativismo diplomático, do fortalecimento do multilateralismo e da diversificação de parcerias. Dessa forma, o período marcou a redefinição da imagem brasileira no sistema internacional e o retorno da democracia, a melhora nos indicadores sociais e a estabilidade econômica promoveram o desenvolvimento da política externa. Muxagato (2014) afirma ainda que esse período consolidou a transformação do Brasil em ator global com forte atuação Sul-Sul.

Nesse contexto, o Oriente Médio ganhou relevância inédita. Amorim (2010) observa que Lula foi o primeiro presidente brasileiro a visitar a região oficialmente, quando foi recebido na Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito, Nigéria, Qatar, Líbia, Arábia Saudita, Jordânia, Israel, Palestina e Irã, além de promover fóruns de negociação, participar de soluções de controvérsias e estreitar laços comerciais. Lana (2019) ressalta que a aproximação entre as nações pode ser pontuada pela assinatura de Acordos de Livre Comércio entre o Mercosul e Israel, Egito, Marrocos, Turquia, Jordânia e Conselho de Cooperação do Golfo. A autora também menciona que o governo brasileiro assinou acordos de cooperação econômica e comercial com Barein, Catar e Kuwait. No setor privado, também houve convergência de capitais estimulados pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira e pela realização de foros e missões empresariais.

No governo de Dilma Rousseff (2011-2016), Jesus (2014) analisa que a ex-presidente desenvolveu uma política externa menos personalista do que aquela consolidada no governo anterior, mas que não significou uma ruptura com os princípios tradicionais da PEB, pois o multilateralismo e a ênfase nas relações Sul-Sul permaneceram como eixos estruturantes da estratégia diplomática. Dessa forma, Saraiva (2014) compreende que Dilma preservou uma postura revisionista diante das instituições internacionais e manteve uma atuação proativa em fóruns multilaterais, além de reforçar o regionalismo e aprofundar a tendência desenvolvimentista do Itamaraty. No entanto, a autora explica que, devido à conjuntura econômica mundial desfavorável e à intensificação das pressões internas, o Brasil passou a perder protagonismo na política internacional, adotando uma postura mais reativa.

Nesse contexto, Cornetet (2014) sustenta que, embora iniciativas herdadas dos governos de Lula, como reuniões de cúpula e formatos de cooperação com fins específicos, tenham sido

preservadas, a política externa ativa e altiva do período anterior perdeu espaço na gestão de Dilma. O autor observa que houve uma redução no número de viagens internacionais no governo da ex-presidente, o que indica menor ênfase à diplomacia presidencial, enquanto a política doméstica adquiriu prioridade.

No que tange ao Oriente Médio, Cornetet (2014) destaca que Dilma não realizou visitas oficiais à região, fato que pode ser explicado pela instabilidade decorrente da onda revolucionária⁸ que desestabilizou diversos países. Ainda assim, Jesus (2014) aponta que as relações comerciais foram preservadas, com manutenção das vantagens para o Brasil, dado o volume de exportações superior ao de importações. Além disso, os princípios de soberania e não-intervenção continuaram a orientar os discursos oficiais.

A transição para o governo Michel Temer (2016-2018) marcou alterações significativas. Santos, Leão e Rosa (2021) indicam que a PEB foi redirecionada em sentidos opostos ao que vinha se concretizando nas últimas décadas. Embora tradições como o multilateralismo tenham sido mantidas, os autores observam que foram ressignificadas, com maior centralidade atribuída aos elementos econômicos. Silva (2019) afirma que Temer buscou reformar a economia sob um viés ortodoxo, promover uma reforma trabalhista e conduzir uma política externa menos proativa e mais reacionária. Conforme defende o autor, o governo priorizou a atração de investimentos estrangeiros e procurou reconstruir a imagem do Brasil como defensor da ordem internacional vigente. Assim, de acordo com Saraiva (2010), é possível identificar um retorno ao pensamento liberal dos anos 1990, repondo os alicerces da abertura econômica, do nacionalismo e do desenvolvimentismo.

No âmbito do Oriente Médio, Moreira (2025) explica que o governo Temer valorizou a posição estratégica do Brasil na região, sobretudo na manutenção das trocas econômicas, alinhadas ao esforço de atração de investimentos externos. As parcerias bilaterais concentraram-se em setores como energia, defesa, turismo, agricultura e investimentos. Sobre a questão Palestina, o Brasil manteve o posicionamento tradicional, equilibrando as relações com Israel e Palestina, a partir de uma perspectiva que conciliava pragmatismo e continuidade diplomática.

⁸ A onda revolucionária que atingiu o Oriente Médio refere-se à Primavera Árabe, uma série de protestos populares, revoltas e insurreições que se espalhou por diversos países do Norte da África e do Oriente Médio a partir de dezembro de 2010, iniciada na Tunísia após a autoimolação do vendedor ambulante Mohamed Bouazizi. Movida por frustrações acumuladas com regimes autoritários, corrupção, desigualdades socioeconômicas e falta de perspectivas para a juventude, a mobilização resultou na queda de governos na Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen, além de conflitos prolongados na Síria e no Bahrein. Diversos países, incluindo o Brasil, tiveram que adotar posturas cautelosas diante da conjuntura volátil e das incertezas sobre novos regimes emergentes (Bijos; Silva, 2013).

Com a chegada de Jair Bolsonaro (2019-2022), segundo Gonçalves e Teixeira (2020), a política externa passou a ser orientada em direções inéditas, guiadas predominantemente por motivações ideológicas e distanciadas de concepções tradicionais de interesses nacionais. Hirst e Maciel (2022) identificam três pilares principais dessa gestão:

“o ‘núcleo político ideológico’, que revela a sintonia do projeto com o ideário da extrema direita internacional; a ‘política econômica liberal conservadora’, que contempla a faceta externa de sua economia política; o complexo de ‘segurança e defesa’, relacionado às sintonias externas da militarização do Estado brasileiro” (Hirst; Maciel, 2022, p.4-5).

Para os autores, esses pilares se materializam na desconstrução do aparato estatal, no enfraquecimento dos órgãos provedores de bens públicos, na ascensão de um corpo diplomático sustentado por um ativismo neofacista e personalista e na substituição das premissas universais da PEB por bandeiras ideológicas de antagonismo ao multilateralismo e ao internacionalismo liberal.

Nesse cenário, Saraiva e Silva (2019) enfatizam a tensão entre pragmatismo e ideologia que marcou a política externa bolsonarista. Segundo os autores, alguns dos elementos da ideologia defendida pelo ex-presidente envolvem a defesa dos valores ocidentais, da liberdade e de mudanças institucionais nos órgãos públicos, inclusive no Ministério das Relações Exteriores. Já o pragmatismo, para os autores, se manteve no campo comercial, com influência fundamental do agronegócio para manter os acordos com parceiros como a China.

A tentativa de promover uma guinada radical tornou-se mais evidente com a nomeação de Ernesto Araújo ao Ministério das Relações Exteriores. Hirst e Maciel (2022) observam que seu discurso se estruturava na crítica ao “globalismo”⁹, no ceticismo diante de instituições multilaterais e na crença de que o aquecimento global seria parte de um complô marxista, elementos que justificaram esforços para redefinir o perfil internacional do Brasil. O próprio Araújo (2017) argumenta que o Ocidente atravessa uma crise espiritual e civilizacional, da qual apenas poderia emergir mediante um retorno às suas raízes cristãs e nacionais. Para o autor, Donald Trump seria o agente central desta renovação, enquanto o globalismo representaria uma

⁹ Para Ernesto Araújo (2017), o globalismo representa uma força ideológica transnacional que, sob o discurso da globalização econômica e da cooperação internacional, teria como objetivo dissolver identidades nacionais, tradições culturais e valores cristãos do Ocidente. Em sua interpretação, o globalismo seria conduzido por elites políticas, intelectuais e multilaterais que promoveriam agendas supostamente anticristãs, anti-soberanas e alinhadas à esquerda global. Essa visão fundamenta sua defesa de um alinhamento automático aos Estados Unidos de Donald Trump, considerado por Araújo como o líder responsável por restaurar a civilização ocidental contra a ameaça globalista. Assim, o termo tornou-se central para justificar a guinada ideológica da política externa do governo Bolsonaro, seu ceticismo em relação ao multilateralismo e sua crítica às instituições internacionais.

força corrosiva. Assim, defendia alinhamento explícito aos EUA, rejeição ao multilateralismo e associação entre identidade nacional, fé cristã e soberania.

Embora a literatura reconheça a mudança radical ocorrida na PEB durante o governo Bolsonaro, ainda não há consenso conceitual sobre a melhor forma de caracterizar seu mandato. Essa indefinição contribui para a compreensão das relações com o Oriente Médio, que oscilaram entre a ideologia e o pragmatismo comercial. Nesse sentido, Gonçalves e Teixeira (2020) demonstram que o alinhamento ideológico aos EUA e o afastamento da tradição diplomática de equilíbrio afetaram diretamente a postura brasileira na região. A possibilidade de transferência da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, em consonância com a decisão de Trump, gerou forte reação do mundo árabe e de setores exportadores brasileiros. Ainda assim, os autores destacam que pressões internas, especialmente do agronegócio, foram decisivas para preservar as relações comerciais com o Oriente Médio, mesmo diante das tensões políticas.

O atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-) se inicia, conforme Lima (2023), após um período de ruptura da política externa brasileira, em que Bolsonaro abandonou objetivos tradicionais de inserção internacional e priorizou por garantir seu projeto de perpetuação no poder. A autora argumenta que Lula enfrenta o desmonte de políticas públicas e a deterioração institucional das burocracias ministeriais, inclusive no Itamaraty. Nesse cenário, Lima (2023) enfatiza que a PEB passa por um momento de reconstrução, visto que diversas áreas nas quais o Brasil exercia protagonismo global foram desarticuladas no governo anterior.

Diante dessa perspectiva, Fernandes e Fernandes (2024) destacam que a retomada dos padrões tradicionais da política externa ocorre em paralelo à necessidade de adaptação aos novos desafios do sistema internacional, marcados pela rivalidade entre EUA e China, pelo conflito Rússia-Ucrânia, pelo confronto Israel-Palestina e pelos efeitos socioeconômicos persistentes da pandemia. Em consonância, Lima e Ives (2024) afirmam que Lula promove uma mudança de orientação, com compromisso renovado com a democracia, com a ciência e com os princípios diplomáticos históricos do país, produzindo uma antítese ao radicalismo do período anterior.

Nesse sentido, Fernandes e Fernandes (2024) ressaltam que a retomada do multilateralismo, da autonomia e a busca por se consolidar como liderança do Sul global são os principais objetivos de Lula III. Entre os aspectos fundamentais do governo estão:

“[...] foco na integração regional; a retomada de uma ação extracontinental do país; um posicionamento em defesa da paz e cessar fogo das hostilidades na Guerra na Ucrânia e no conflito Israel-Palestina; a retomada do protagonismo da agenda ambiental; e um papel fundamental do próprio presidente como ator-chave de sua política externa” (Fernandes; Fernandes, 2024, p.131).

No tocante ao Oriente Médio, Fernandes e Fernandes (2024) observam que Lula adotou posição convencional ao reiterar apoio e solidariedade aos palestinos. Entretanto, os autores destacam que declarações presidenciais comparando ações do governo israelense em Gaza ao nazismo geraram crise diplomática com Israel. Apesar das tensões, a posição oficial do Brasil permanece voltada ao cessar-fogo e à defesa da criação de um Estado palestino. Como ainda não há consenso sobre a caracterização da política externa do governo Lula III, a literatura apresenta lacunas quanto às relações Brasil–Oriente Médio nesse período.

Assim, a evolução das relações comerciais entre o Brasil e o Oriente Médio ao longo das últimas quatro décadas revela um padrão de estabilidade estrutural e de complementaridade econômica, independentemente das mudanças políticas internas e das diferentes orientações assumidas pela política externa brasileira desde o governo José Sarney. De modo geral, o fluxo comercial entre as duas regiões expressa um movimento contínuo de aprofundamento, sustentado principalmente pelo agronegócio brasileiro e pela demanda árabe por alimentos, energia e fertilizantes.

Os dados retirados do Comex Stat, plataforma de dados vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), mostram que, entre 1998 e 2018, as exportações brasileiras cresceram mais de 300%, mantendo o Oriente Médio com participação relativamente constante entre 2% e 4% do total exportado. Esse percentual, embora aparentemente modesto, posiciona a região de forma consistente entre os destinos mais importantes do agronegócio brasileiro, ficando à frente de blocos inteiros como África, América Central e Oceania. O caráter estável dessa participação demonstra que, desde o fim da década de 1980, os países do Oriente Médio se consolidaram como compradores regulares de bens essenciais da pauta exportadora brasileira (Comex Stat, 2026).

A composição dos produtos exportados confirma essa constância histórica. No período analisado, as exportações brasileiras de produtos animais e vegetais, especialmente carnes bovinas e de aves, milho, soja e café ultrapassou 80% das vendas para a região, destacando-se a crescente especialização brasileira no atendimento às exigências do mercado *halal*¹⁰, que

¹⁰ O mercado *halal* refere-se ao conjunto de produtos e serviços que seguem as normas jurídicas e religiosas do Islã. No campo alimentício, as regras definem quais alimentos podem ser consumidos, o modo como são

diferencia o Brasil como um dos principais fornecedores para países como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irã e Catar (Comex Stat, 2026).

No âmbito das importações, o Oriente Médio manteve participação mais modesta, representando cerca de 2,7% do total importado pelo Brasil entre 1998 e 2018. Entretanto, sua importância estratégica é elevada devido à natureza dos bens adquiridos, que se concentram em petróleo bruto e derivados, insumos fundamentais para o setor energético nacional. Além disso, fertilizantes e produtos químicos também apresentaram crescimento considerável ao longo dos anos, com destaque para o aumento da participação de países como Catar e Arábia Saudita, que se tornaram fornecedores relevantes a partir de meados dos anos 2000 (Comex Stat, 2026).

A balança comercial bilateral permaneceu amplamente favorável ao Brasil, com superávit registrado em 19 dos 21 anos analisados. O maior superávit ocorreu em 2017, alcançando US\$7,71 bilhões, evidenciando a forte demanda da região por alimentos e minérios brasileiros, e a posição pragmática do governo Bolsonaro em manter as relações comerciais. Em contrapartida, o Brasil manteve dependência significativa de petróleo e fertilizantes provenientes do Oriente Médio, o que confere caráter estratégico às importações, ainda que em volumes relativamente menores.

No período mais recente, entre 2018 e 2026, os dados disponibilizados pelo Comex Stat indicam que, após um breve recuo em 2020 devido aos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o comércio global, as exportações brasileiras retomaram trajetória ascendente a partir de 2021, impulsionadas sobretudo pela expansão da demanda árabe por proteínas animais, milho, soja e açúcar. Em 2023, as vendas brasileiras para a região voltaram a ultrapassar a marca de US\$14 bilhões, consolidando os países do Oriente Médio como alguns dos mercados mais relevantes do agronegócio nacional. As importações provenientes da região também cresceram de forma consistente, especialmente pela elevação dos preços internacionais de petróleo e fertilizantes após 2021, fatores que reforçaram a relevância estratégica dos fornecedores árabes. Em 2025 e 2026, mesmo diante das tensões decorrentes dos conflitos em Gaza e das variações na produção energética global, o comércio bilateral manteve superávit favorável ao Brasil, sustentado pela alta competitividade dos produtos agroindustriais e pela consolidação de fluxos estáveis de importação de combustíveis e insumos químicos.

produzidos, processados, armazenados e transportados. Para a carne, por exemplo, exige-se o abate ritual realizado por um muçulmano, com o animal saudável e devidamente insensibilizado, além da completa drenagem do sangue. O cumprimento dessas normas, verificado por certificações específicas, garante a conformidade dos produtos com as práticas religiosas e culturais dos consumidores muçulmanos. Por essa razão, o mercado *halal* se tornou um dos principais motores das exportações brasileiras ao Oriente Médio (FAMBRAS, 2026).

Portanto, de modo geral, a análise histórica demonstra que, desde Sarney, a relação comercial Brasil–Oriente Médio se consolidou como uma parceria estrutural movida por complementaridades econômicas e o período recente confirma o caráter estrutural da parceria comercial, que permanece resiliente às mudanças conjunturais e aos ciclos políticos domésticos, evidenciando que a interdependência econômica amadureceu ao longo das últimas décadas.

3. Marco Teórico

Esta seção tem por objetivo apresentar e discutir o modelo analítico de mudança de política externa proposto por Charles Hermann (1990), marco teórico central deste trabalho, que fornece instrumentos para compreender como governos percebem, processam e respondem a estímulos internos e externos e geram transformações na ação internacional dos Estados. A partir da identificação de diferentes níveis de mudança, fontes causais e etapas do processo decisório, este referencial teórico fornece instrumentos robustos para analisar a dinâmica da política externa comercial brasileira com o Oriente Médio nos governos Bolsonaro e Lula III. Assim, a exposição detalhada do modelo nesta seção busca estabelecer a base conceitual necessária para a análise empírica desenvolvida posteriormente.

Entretanto, a compreensão do modelo de Hermann requer, previamente, a discussão de alguns conceitos fundamentais da Análise de Política Externa (APE), que constitui um subcampo da Política Externa. Figueira (2011) argumenta que a Análise de Política Externa emerge como uma subárea das Relações Internacionais, voltada a compreender como se dá o processo decisório que antecede a implementação da política no plano internacional, bem como quais aspectos da estrutura estatal devem ser considerados para explicar seu funcionamento e articulação. Além disso, para a autora, a política externa envolve as diferentes esferas de poder dentro do Estado, como as instituições, o Poder Legislativo e os grupos sociais, visto que “é uma resultante da interação entre as arenas doméstica e internacional” (Figueira, 2011, p. 24).

Figueira (2011) destaca ainda que, no Brasil, mesmo após a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, alguns traços do período anterior foram mantidos na política externa, como a predominância do Poder Executivo e o desequilíbrio na relação entre os poderes, além do insulamento burocrático, caracterizado pela autonomia do Ministério das Relações Exteriores para definir as diretrizes centrais da diplomacia brasileira. Para a autora, essas particularidades resultam em menor representatividade democrática nas decisões de política internacional do Brasil.

A partir dessas considerações, torna-se relevante compreender como ocorrem as mudanças na política externa dos Estados. Nesse sentido, Hermann (1990) argumenta que a mudança constitui um elemento onipresente da política externa, que pode produzir desde ajustes pontuais até profundas reorientações estratégicas, com potenciais impactos sobre outros países. Segundo o autor, tais mudanças frequentemente ocorrem com a chegada de novos governos, cujas percepções, prioridades e agendas diferem de seus antecessores. No entanto, também podem surgir no interior de um mesmo governo, quando seus formuladores de política reconhecem que o curso anteriormente adotado se tornou insustentável ou inadequado.

Para avançar na compreensão desse fenômeno, Hermann (1990) conceitua a política externa como

“um programa orientado para objetivos ou para a resolução de problemas, elaborado por autoridades políticas (ou seus representantes) e direcionado a entidades fora de sua jurisdição política. Em outras palavras, é um programa (plano) concebido para abordar algum problema ou buscar algum objetivo que envolva ações em relação a entidades estrangeiras” (Hermann, 1990, p. 5, tradução própria).

A partir dessa definição, o autor identifica quatro níveis graduais de mudança: (1) mudanças de ajuste, restritas ao esforço ou ao escopo dos destinatários; (2) mudanças de programa, que modificam os métodos utilizados para alcançar os objetivos, de forma a envolver novos instrumentos de diplomacia; (3) mudanças de problema/objetivo, que substituem ou abandonam o propósito inicial da política; e (4) mudanças de orientação internacional, que implicam o redirecionamento de toda a atuação internacional do Estado, alterando seu papel e atividades no sistema internacional.

Além disso, Hermann (1990) estipula quatro áreas de pesquisa que ajudam a explicar variações na política externa: sistemas políticos domésticos, tomada de decisão burocrática, abordagens cibernéticas e abordagens de aprendizagem. A primeira área, referente ao âmbito doméstico, prevalece a premissa de que os governantes e seus regimes dependem do apoio de certos grupos de interesse¹¹, nos quais mudanças nas preferências ou no alinhamento desencadeiam mudanças na política externa. Nessa esfera, o autor destaca três dimensões que influenciam a probabilidade de mudança na política externa: o grau de institucionalização, ou seja, o grau de comprometimento do governo com a política; o grau de apoio, em que os

¹¹ Grupos de interesse, conforme definidos aqui, são as entidades cujo endosso e conformidade são necessários. Podem ser um partido (ou uma facção dentro dele), os clientes políticos em um sistema clientelista, um grupo religioso ou étnico dominante, oficiais militares, grandes proprietários de terras, grupos e associações de interesse, ou os líderes de setores-chave da sociedade (Hermann, 1990).

diversos atores da política interna apoiam, são indiferentes ou se opõem à política; e o grau de relevância dado à disputa pelo poder interno. Assim, mudanças na política interna, como luta pelo poder político, atitudes ou crenças e realinhamento dos elementos essenciais de um regime, podem desencadear alterações na política externa.

A tomada de decisão burocrática constitui a segunda área central. Hermann (1990) parte da premissa de que políticas externas são conduzidas e executadas por indivíduos inseridos em organizações governamentais. Opções e escolhas são feitas por ministros, chefes de agências, membros do gabinete ou seus representantes, e as políticas são implementadas por um ou mais departamentos governamentais. Assim, para entender a mudança na política externa, é preciso examinar as condições burocráticas que regem o processo político.

A terceira dimensão enfatiza os processos de monitoramento e feedback, pelos quais formuladores de política acompanham indicadores e ajustam programas. Por fim, as abordagens de aprendizagem ressaltam que mudanças podem ocorrer quando líderes ou grupos decisores reavaliam esquemas cognitivos, adquirem novos conhecimentos ou reinterpretem problemas de forma inovadora.

Dessas quatro áreas derivam quatro fontes de mudança: impulsionadas pela liderança, defesa burocrática, reestruturação interna e choque externo. A mudança impulsionada pela liderança resulta dos esforços de um formulador de políticas forte, dotado de autoridade e convicção, que impõe sua própria visão da reorientação necessária na política externa. A defesa burocrática ocorre quando um grupo ou agência governamental suficientemente forte dentro do governo consegue promover a reorientação. A reestruturação interna refere-se ao momento em que um segmento politicamente relevante da sociedade altera suas preferências, obrigando o governo a reformular sua política externa. Por último, os choques externos são resultados de eventos internacionais dramáticos, que forcem revisões estratégicas.

A partir dessas premissas, Hermann (1990) entende que as mudanças na política externa de um Estado passam por um processo de tomadas de decisão, que não é linear, mas sim marcado por ciclos e pausas. Assim, o autor formula um modelo de sete fases de tomada de decisão:

1. Expectativas iniciais em relação à política: nessa etapa, os formuladores de política operam com pressupostos sobre o ambiente internacional e sobre a adequação da política vigente e, assim, as expectativas determinam o que é percebido como ameaça, oportunidade ou problema.

2. Estímulos ambientais ou de atores externo: nessa fase, emergem informações discrepantes, como choques, crises, mudanças sistêmicas ou pressões internas, que desafiam a eficácia da política vigente.

3. Reconhecimento de informações discrepantes: nesse momento, os formuladores de política precisam identificar a natureza da mudança necessária.

4. Postulação de uma conexão entre o problema e a política: nessa etapa corresponde ao momento em que os decisores passam a estabelecer uma relação causal entre o problema identificado e a necessidade de revisão da política e define-se a lacuna que precisa ser corrigida.

5. Desenvolvimento de alternativa: nessa fase, os formuladores de política constroem possíveis respostas ao problema identificado em dois momentos: de avaliação de experiências passadas e de elaboração de propostas. Essa etapa é permeada por disputas e negociações.

6. Construção de consenso autorizado para a escolha: essa fase corresponde ao momento decisório propriamente dito e pode se manifestar em uma decisão centralizada, com imposição da escolha do líder; uma decisão negociada, quando há um acordo mínimo entre os líderes; ou uma decisão fragmentada, quando o conflito interno impede a formação de consenso.

7. Implementação da nova política: etapa em que ocorre a transformação das decisões formais em ações concretas, por meio de reorganização burocrática, realocação de recursos, adaptação institucional, monitoramento dos resultados e possibilidade de ajustes.

Cabe ressaltar que, embora as sete fases da tomada de decisão estejam organizadas de forma analiticamente distintas, a aplicação do modelo sugere que essas etapas nem sempre ocorrem de forma claramente delimitada, além de que as diferenças entre expectativas e percepções podem gerar estímulos que reiniciam o processo, evidenciando seu caráter cíclico.

Assim, em síntese, o modelo de Hermann (1990) oferece um arcabouço abrangente para compreender as mudanças na política externa a partir da interação entre percepções, estruturas institucionais, pressões internas, estímulos externos e dinâmicas de tomada de decisão. O autor demonstra que a política externa é um fenômeno intrinsecamente dinâmico, moldado tanto por fatores estruturais quanto por escolhas políticas e integra dimensões cognitivas, burocráticas, domésticas e internacionais, permitindo identificar como e por que determinadas reorientações ocorrem.

4.1. Operacionalização do Modelo de Hermann (1990)

Diante do exposto, o modelo de Hermann (1990) apresenta-se como uma ferramenta analítica adequada para investigar as transformações da política externa comercial brasileira para o Oriente Médio entre os governos Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva. Sua utilização permitirá não apenas identificar se ocorreram mudanças ou continuidades na orientação da política externa, mas também avaliar sua profundidade e seus fatores explicativos. Para isso, os discursos presidenciais, documentos oficiais, iniciativas diplomáticas e indicadores comerciais serão analisados à luz das categorias propostas pelo autor, possibilitando verificar se as alterações observadas correspondem a ajustes incrementais, mudanças de programa, mudanças de objetivos ou reorientações mais amplas da inserção internacional brasileira. Além disso, o modelo servirá de base para examinar os fatores domésticos e internacionais que influenciaram essas transformações, contribuindo para uma compreensão mais sistemática da relação entre mudança política e política externa.

Quadro 1: Operacionalização do Marco Teórico do Modelo de Hermann (1990) na realização da pesquisa

Elemento Teórico	Aplicação na Pesquisa	Fonte de Análise
Níveis de mudança em política externa: ajuste, programa, objetivo e orientação internacional.	Classificar as mudanças observadas na política externa comercial para o Oriente Médio entre os governos Bolsonaro e Lula III.	Discursos presidenciais, documentos do Itamaraty, acordos bilaterais, comunicados oficiais e dados comerciais.
Fontes de mudança: liderança, burocracia, reestruturação doméstica e choques externos.	Identificar os fatores que contribuíram para as transformações da política externa comercial brasileira.	Pronunciamentos oficiais, literatura especializada, documentos governamentais e conjuntura internacional.
Processo decisório de mudança.	Reconstruir como determinadas mudanças foram formuladas e implementadas pelos governos analisados.	Discursos, entrevistas, documentos oficiais e literatura especializada.
Continuidade ou mudança.	Comparar os governos Bolsonaro e Lula III para identificar permanências ou rupturas na relação com o Oriente Médio.	Conjunto das fontes primárias e secundárias utilizadas na pesquisa.

Fonte: Elaboração Própria, 2026.

Cabe destacar que as sete fases do processo decisório propostas por Hermann (1990), neste estudo, serão mobilizadas como um referencial interpretativo para compreender, de forma geral, como mudanças na política externa podem ser desencadeadas e implementadas; não como categorias analíticas independentes. A análise empírica irá se concentrar, sobretudo, nos

níveis de mudança (ajuste, programa, objetivos e orientação internacional) e nas fontes de mudança identificadas por Hermann (liderança, burocracia, reestruturação doméstica e choques externos), que constituem as categorias efetivamente operacionalizadas na comparação entre os governos Bolsonaro e Lula III.

4. Objetivos

- **Objetivo geral:** Este estudo busca analisar as mudanças e continuidades da política externa comercial brasileira para o Oriente Médio entre os governos Bolsonaro (2019–2022) e Lula III (2023–2026), classificando-as à luz do modelo de mudança de política externa proposto por Hermann (1990) e considerando fatores ideológicos, econômicos e diplomáticos que condicionaram as relações com a região.
- **Objetivos Específicos:**
 1. Identificar os princípios, interesses e estratégias que orientaram a política externa comercial brasileira para o Oriente Médio nos governos Bolsonaro e Lula III.
 2. Comparar as relações comerciais e diplomáticas estabelecidas pelo Brasil com os países do Oriente Médio nos dois governos, identificando elementos de continuidade e mudança.
 3. Aplicar o modelo de Hermann (1990) como instrumento analítico para classificar as transformações observadas na política externa comercial brasileira para o Oriente Médio.
 4. Identificar os fatores domésticos e internacionais que contribuíram para as mudanças observadas na política externa brasileira para o Oriente Médio.

6. Metodologia

A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, entendida como aquela que busca extrair maior detalhe e nuance interpretativa de um caso do que a sua redução a medidas quantitativas (Barkin, 2008). Essa abordagem foi escolhida porque o objeto desta pesquisa exige a interpretação de discursos, documentos oficiais e decisões políticas, cujo sentido não pode ser plenamente captado apenas por dados quantitativos, ainda que estes também sejam utilizados como evidência complementar.

Além disso, a pesquisa terá caráter exploratório e explicativo, utilizando o método comparativo para analisar as mudanças e continuidades da política externa comercial brasileira

para o Oriente Médio entre os governos Jair Bolsonaro (2019–2022) e Luiz Inácio Lula da Silva (2023–2026). O estudo será estruturado como um estudo de caso comparado em perspectiva temporal, tomando como referência analítica o modelo de mudança em política externa proposto por Hermann (1990).

Compreende-se por estudo comparativo, nesta pesquisa, o procedimento metodológico que examina sistematicamente dois ou mais casos a partir de categorias analíticas comuns, de modo a identificar semelhanças, diferenças, continuidades e rupturas entre eles. Conforme discute Klotz (2008), quando um mesmo caso é acompanhado ao longo do tempo a partir de um ponto de ruptura que separa delimita um antes e um depois, a pesquisa aproxima-se da lógica da comparação pareada, na qual as principais variáveis contextuais permanecem constantes. Esse desenho será adotado neste estudo, mantendo-se constantes o país (Brasil) e a região analisada (Oriente Médio), enquanto a alternância entre os governos Bolsonaro e Lula III constitui o ponto de ruptura que possibilita a comparação.

A coleta de dados será realizada por meio da análise de fontes primárias e secundárias. Entre as fontes primárias serão utilizados discursos presidenciais, especialmente os de posse e em fóruns internacionais, pronunciamentos ministeriais, documentos oficiais do Ministério das Relações Exteriores, comunicados conjuntos, acordos bilaterais, notas diplomáticas, além de planos de governo voltados para as relações entre o Brasil e os países do Oriente Médio. As fontes secundárias incluirão literatura especializada sobre política externa brasileira, relações internacionais e relações Brasil-Oriente Médio. Também serão utilizados dados comerciais provenientes de bases como o Comex Stat e relatórios da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira.

Para atingir o objetivo 1, serão analisados discursos presidenciais, especialmente os pronunciamentos de posse, os realizados na Assembleia Geral das Nações Unidas e em suas agências especializadas, bem como aqueles proferidos durante visitas oficiais ao Oriente Médio. Também serão examinados pronunciamentos ministeriais, documentos oficiais do Ministério das Relações Exteriores, como notas à imprensa e relatórios anuais, além dos planos de governo dos respectivos presidentes, a fim de identificar os principais temas, prioridades e diretrizes que orientaram a atuação brasileira na região.

A análise documental será realizada por meio da análise de conteúdo, conforme a proposta de Hermann (2008). Inicialmente, será feita uma leitura exploratória do material selecionado para identificar unidades de análise relacionadas à política externa comercial brasileira para o Oriente Médio. Essas unidades serão definidas conforme sua

representatividade em relação aos objetivos da pesquisa, distinguindo-se discursos mais elaborados de manifestações mais espontâneas, como entrevistas e coletivas de imprensa, por apresentarem contribuições distintas para a compreensão das diretrizes adotadas por cada governo. Em seguida, as unidades serão agrupadas em categorias temáticas construídas a partir dos dados e orientadas pelo referencial teórico, buscando captar a frequência e a saliência de temas como cooperação econômica, comércio exterior, investimentos, relações diplomáticas, multilateralismo, alinhamentos políticos e prioridades regionais. Posteriormente, essas categorias serão comparadas entre os governos Bolsonaro e Lula, considerando o contexto político, os públicos-alvo e os temas abordados, de modo a identificar padrões de continuidade e mudança. Por fim, a consistência da categorização será assegurada por meio da revisão sistemática dos critérios utilizados, visando garantir a replicabilidade da análise.

O objetivo 2 será operacionalizado por meio da comparação de indicadores comerciais, com base nos dados estatísticos de comércio exterior, como o volume total de exportações e importações, o saldo da balança comercial, a participação percentual da região no total exportado e a composição da pauta de produtos. Além disso, a análise contemplará a contabilização de instrumentos de apoio, como acordos de investimento e missões comerciais, permitindo verificar a resiliência dos fundamentos econômicos frente às mudanças de orientação política. Essa etapa possibilitará avaliar se as mudanças discursivas identificadas se traduziram em alterações concretas no comportamento comercial brasileiro em relação ao Oriente Médio ou se as relações econômicas permaneceram relativamente estáveis, independentemente do discurso político adotado.

O terceiro objetivo será operacionalizado por meio da integração dos resultados das análises documental e comercial realizadas nos objetivos anteriores. As evidências referentes às diretrizes da política externa e ao comportamento das relações comerciais serão sistematizadas e comparadas entre os governos Bolsonaro e Lula. Em seguida, as mudanças identificadas serão classificadas de acordo com a tipologia proposta por Hermann (1990), distinguindo-se entre ajustes de intensidade, mudanças de programa, mudanças de objetivos e reorientações internacionais. Essa etapa permitirá avaliar a natureza e a profundidade das transformações observadas na política externa comercial brasileira para o Oriente Médio e determinar se as alterações identificadas configuram meros ajustes conjunturais ou mudanças mais profundas na orientação da política externa.

Para atender ao objetivo 4, será realizada uma análise interpretativa das evidências obtidas nas etapas anteriores, buscando identificar os fatores associados às mudanças e

permanências observadas na política externa comercial brasileira para o Oriente Médio. Serão examinados elementos como a mudança de liderança política, as prioridades ideológicas dos governos, as demandas econômicas domésticas e o contexto internacional, a partir dos discursos, documentos oficiais e indicadores comerciais analisados. Com base no método comparativo e no referencial de Hermann (1990), serão reconstruídas as relações entre esses fatores e as mudanças identificadas, permitindo compreender seus possíveis determinantes. Busca-se, com isso, ir além da descrição das mudanças e continuidades identificadas, avançando para uma explicação de suas causas, articulando fatores internos e externos ao longo do período analisado.

¹² Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026.

7. Cronograma

Quadro 2: Cronograma de atividades para a dissertação do mestrado

ETAPAS	MESES						
	Julho/2026	1 a 12	13 a 15	16 a 18	19 a 21	22 e 23	24
Apresentação do projeto de mestrado							
Revisão bibliográfica e organização das fontes							
Coleta e sistematização de dados							
Análise e interpretação							
Qualificação							
Revisão e redação final da dissertação							
Depósito e defesa da dissertação							

¹²Em conformidade com a Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026, que estabelece a Política de Integridade na Atividade Científica, informa-se que ferramentas de inteligência artificial generativa foram utilizadas exclusivamente como apoio à revisão linguística, correção gramatical, aprimoramento da redação e organização estrutural do texto. Não foram utilizadas para a elaboração dos resultados, análise dos dados, formulação das conclusões ou produção de conteúdo científico original. Todas as decisões relativas ao delineamento da pesquisa, à seleção e interpretação das fontes, à construção da argumentação e à redação final do trabalho são de responsabilidade da autora.

Fonte: Elaboração Própria, 2026.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Celso. *Brazilian Foreign Policy Under President Lula (2003-2010): An Overview*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n.53, p. 214-240, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292010000300013>.

BARKIN, J. Samuel. 'Qualitative' Methods? In: KLOTZ, Audie; PRAKASH, Deepa (Ed.). *Qualitative Methods in International Relations: A Pluralist Guide*. 2008, p. 211-220.

BIJOS, Leila; SILVA, Patrícia Almeida da. Análise da Primavera Árabe: um estudo de caso sobre a revolução jovem no Egito. **Revista CEJ**, Brasília, ano XVII, n. 59, p. 58-71, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/1677/1707>. Acesso em 27 mai. 2026.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. Em busca da credibilidade perdida: a turnê global de Collor como presidente-eleito. **Carta internacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais**, v. 10, n. 2, p. 97 a 119, jul.-dez. 2015. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/240/249>. Acesso em: 20 mai. 2026.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. O papel do Itamaraty na definição da política externa do governo Collor de Mello. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 55, n. 1, p. 135-153, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292012000100008>.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002, p. 487-524.

CID, Mauro. A estratégia brasileira no Oriente Médio: uma visão histórica no século XX. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, v.14, n.1, p.39-53, abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/conjuntura/article/download/P.1809-6182.2017v14n1p39/12111>. Acesso em: 18 mai. 2026.

CNPQ. **Portaria 2664/2026**. 2026. Disponível em: http://memoria2.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/23142775. Acesso em: 30 jun. 2026.

COMEX STAT. (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). **Exportação e Importação Blocos Econômicos**. (2026). Oriente Médio. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis/3/41>. Acesso em 27 mai. 2026.

COMEX STAT. (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). **Exportação e Importação Municípios (2026)**. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio/39152>. Acesso em 27 mai. 2026.

CORNETET, João Marcelo Conte. A Política Externa de Dilma Rousseff: Contenção na Continuidade. **Revista Conjuntura Austral**, v. 5, n. 24, p. 111-150, jun./jul., 2014. DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.47628>.

FAMBRAS *Halal*. **Conceito Halal**. 2026. Disponível em: <https://www.fambrashalal.com.br/conceito-halal>. Acesso em 27 mai. 2026.

FERNANDES; Ivan Filipe; FERNANDES, Guilherme Antonio de Almeida Lopes. Retomada, protagonismo e equilíbrio: a política externa no novo governo Lula. **CEBRI Revista**, v. 3, n. 9, p. 123-144, jan./mar. 2024. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/189/273>. Acesso em: 07 mai. 2026.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à Política Externa**. 1. ed.São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

FRANKLIN, Ruben Maciel. A política externa de José Sarney: diplomacia presidencial e inserção internacional do Brasil após a redemocratização (1985 – 1989). **Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, Rio Grande, v. 4, n. 3, p. 105–125, set./dez. 2022. DOI: 10.14295/rcn.v4i3.15101.

GOMES, Maiko Jhonata de Araújo. Construção de cenários do governo Bolsonaro acerca das relações entre Brasil e Oriente Médio. **Revista NEIBA**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 01-23, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/view/54112/38162>. Acesso em 05 mai. 2026.

GONÇALVES, Williams; TEIXEIRA, Tatiana. Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações Brasil-EUA. **Revista Sul Global**, v. 1, n.1, p.192-211, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/32061/pdf>. Acesso em 25 mai. 2026.

HERMANN, CHARLES F. *Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy*. **International Studies Quarterly**, v.34, p. 3-21, 1990.

HERMANN, Margaret G. *Content Analysis*. In: KLOTZ, Audie; PRAKASH, Deepa (Ed.). **Qualitative Methods in International Relations: A Pluralist Guide**. 2008. p. 151-167.

HIRST, Mônica; PINHEIRO, Leticia. A política externa do Brasil em dois tempos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 38, n. 1, p. 5-23, 1995.

HIRST, Monica; MACIEL, Tadeu. **A Política Externa do Brasil nos Tempos do Governo Bolsonaro. 2022**. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4771>.

JESUS; Diego Santos Vieira de. *The Benign Multipolarity: Brazilian Foreign Policy Under Dilma Rousseff*. **Journal of International Relations and Foreign Policy**, v. 2, p. 20-42, mar. 2014.

KLOTZ, Audie. *Case Selection*. In: KLOTZ, Audie; PRAKASH, Deepa (Ed.). **Qualitative Methods in International Relations: A Pluralist Guide**. 2008. p. 43-60.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**. 2001.

LANA, Amanda de Castro, et al. **As relações comerciais entre Brasil e Oriente Médio: uma análise política e quantitativa**. O Eco da Graduação, v. 4, n. 2, p. 53–53, 2019. Disponível em: <https://ecodagraduacao.com.br/index.php/ecodagraduacao/article/view/90>. Acesso em: 05 mai. 2026.

LIMA, Maria Regina Soares de. A dialética da política externa de Lula 3.0. **CEBRI Revista**, v. 2, n. 5, p. 79-95, jan./mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.54827/issn2764-7897cebri2023.05.03.04.79-95.pt>.

LIMA, Maria Regina Soares de; IVES, Diogo. Desafios políticos na implementação da política externa do governo Lula 3. **CEBRI Revista**, v. 3, n. 9, p. 103-122, jan./mar. 2024. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/188/271>. Acesso em: 26 mai. 2026.

LIMA, Maria Regina Soares de; ALBUQUERQUE, Marianna R. O Estilo Bolsonaro de Governar e a Política Externa. **Boletim OPSA**, n. 1, p. 15-21, 2019. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2019_n1-jan-mar.pdf. Acesso em: 26 mai. 2026.

MENEM, Issam Rabi. O Oriente Médio na Agenda Brasileira de Cooperação Sul-Sul (2000-2020). **Revista Conjuntura Global**, v. 9, n. 2, p. 58-72, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/72917>. Acesso em: 05 mai. 2026.

MILAN, Edmilson; FERABOLLI, Silvia Regina Ferabolli; GONÇALVES, Alexandre. Relações econômicas entre o Brasil e o Mundo Árabe: sobre a ampliação do comércio, a garantia da segurança alimentar e a construção de parcerias estratégicas. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 1-22, 2023. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1305/955>. Acesso em: 19 mai. 2026.

MOREIRA, Lana Pascua de Freitas. **Entre Ideologia e Pragmatismo: a Política Externa Brasileira para o Oriente Médio nos Governos Temer e Bolsonaro**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/45827/1/Lana%20P.F%20Moreira%20-%20Entrega%20Final%20TCC.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2026.

MUXAGATO, Bruno. A projeção internacional do Brasil para um mundo multipolar (2003-2010). **Chroniques des Amériques**, vol. 14, n. 4, out. 2014. Disponível em: https://archipel.uqam.ca/9581/1/cda_volume_14_numero_4_octobre_2014.pdf. Acesso em: 20 mai. 2026.

NASSER, Salem H. Política Externa Brasileira para o Oriente Médio, para o Mundo Árabe e para o Mundo Muçumano. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 38, p.119-140, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bepi38art4>.

PRADO, Débora Figueiredo Barros; MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa do governo José Sarney (1985-1990). **Revista de Economia & Relações Internacionais**, vol.8, p. 67-80, 2010. Disponível em: <https://pergamumweb.santamarcelina.edu.br/pergamumweb/vinculos/0000fe/0000fe8f.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2026.

RICUPERO; Rubens. **A Diplomacia Na Construção Do Brasil (1750-2016)**. Rio De Janeiro: Versal Editores, 2017.

SALLUM JÚNIOR, Brálio. Governo Collor: O Reformismo Liberal e a Nova Orientação da Política Externa Brasileira. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 54, n. 2, 2011, pp. 259 a 288. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/7BMbZ7ST57dTbGbbXvLY6vb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mai. 2026.

SANTANA, Carlos Ribeiro. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n.2, p. 157-177, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292006000200009>.

SANTOS, Leandro Wolpert dos; LEÃO, André Pimentel Ferreira; ROSA, Jonathan Raphael Vieira. *Explaining the Changes in Brazilian Foreign Policy towards South America under Michel Temer 's Administration (2016-2018): The Return to the Logic of Open Regionalism*. **Contexto Internacional**, v. 43, set/dez, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-8529.2019430300003>.

SARAIVA, Miriam Gomes. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil. In: **Mural Internacional**, n.1, ano 1, 2010. DOI: <https://doi.org/10.12957/rmi.2010.5285>

SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da Política Externa de Dilma Rousseff: Perspectivas Futuras? **Relações Internacionais**, p. 25-35, 2014. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri44/n44a03.pdf. Acesso em: 20 mai. 2026.

SARAIVA, Miriam Gomes; VALENÇA, Marcelo M. A Política Externa Brasileira e sua Projeção Internacional: um projeto caracterizado pela continuidade. **CEBRI**, vol. 1, ano 7, 2012. Disponível em: <https://cebri.org/br/doc/210/a-politica-externa-brasileira-e-sua-projecao-internacional-um-projeto-caracterizado-pela-continuidade>. Acesso em: 19 mai. 2026.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, André Luiz Reis da. O retorno do Brasil às Relações Internacionais?: Avaliando os 100 primeiros dias da política externa do novo Governo Lula. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 14, n. 68, p. 7–11, out./dez. 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/137065>. Acesso em: 07 mai. 2026.

SILVA, Álvaro Vicente Costa. A Política Externa do Governo Michel Temer (2016-2018): Mudanças para a Legitimidade? Um teste da Teoria de Charles Hermann. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v.10, n.49, p.23-41, jan./mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.86954>.

VIGEVANI T., CEPALUNI G. **A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação**. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/sWn5MtCXtMZdzdSm3CtzZmC/>. Acesso em: 05 ago. 2025

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo social**, v. 15, p. 31-61, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/mvGDVSGydQkVyxxCSjxyQ9f/#>. Acesso em: 20 mai. de 2026.